



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A SUPERAÇÃO DO METODOLOGISMO

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho¹
Denise Maria Fank de Almeida²

Resumo: O artigo ora apresentado perfaz o percurso histórico da elaboração do currículo mínimo de 1982, apresentando seus equívocos e necessidade de revisão consumada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. O fortalecimento deste projeto de formação faz-se necessários mediante as atuais ofensivas conservadoras que ameaçam a direção social construída pelo Serviço Social nos últimos 40 anos.

Palavras-chaves: formação profissional, currículo de 1982, diretrizes curriculares.

Abstract: The present article represents the historical course of the preparation of the minimum curriculum of 1982, presenting its mistakes and necessity of revision consummated in the Curriculum Directives of ABEPSS of 1996. The strengthening of this project of formation is necessary through the current conservative offensives that threaten the social direction built by Social Work in the last 40 years.

Key words: professional training, curriculum of 1982, curricular guidelines.

INTRODUÇÃO

É a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina que o Serviço Social brasileiro construiu seu processo de Renovação³ na busca em romper com o Serviço Social tradicional. Já nos 1980, os componentes básicos do acúmulo crítico à adesão ao tradicionalismo no Serviço Social não só estavam acessíveis aos assistentes sociais brasileiros, como também encontraram ampla ressonância entre suas vanguardas e em foros privilegiados. Retomaram-se o sopro e o desejo de ruptura com o Serviço Social tradicional, iniciado nos anos de 1960, e que foram enclausurados pela ditadura militar no Brasil.

A perspectiva que Netto (2006) denomina Intenção de Ruptura, gestada no final da década de 1970 e construída na década de 1980, possibilitou a criação de uma massa crítica no Serviço Social, a qual se opunha ao Serviço Social tradicional. Sua vinculação às

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, E-mail: kathiuscia.as@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, E-mail: kathiuscia.as@gmail.com.

³ Sobre o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro ver Netto, 2006.

ciências sociais e à tradição marxista marcou um novo caminho e direção para a profissão, a qual foi consolidada na década de 1990 e entendida como hegemônica.

O movimento sócio-histórico da profissão, organicamente vinculado ao movimento sócio-histórico brasileiro, exigiu a construção de um projeto de formação profissional crítico. Expressão desse movimento foi a revisão curricular que culminou no Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social de 1982, o qual inaugurou para a formação profissional a perspectiva crítica, absorvendo o Movimento de Reconceituação Latino Americano.

Apesar de inovador e crítico, o currículo de 1982 incorreu em alguns equívocos e, aliado ao momento histórico da década de 1990, sofreu nova revisão, resultando na construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

O novo projeto de formação profissional expresso nas DC de 1996 resultou na superação do metodologismo e da fragmentação ainda expressa na tríade história, teoria e metodologia do Serviço Social do currículo de 1982, inaugurando uma nova noção de fundamentos do Serviço Social.

A atual conjuntura sócio-histórica brasileira atrelada ao contexto mundial impõem novos desafios para esse projeto de formação profissional, sendo ameaçado pelo agravamento da questão social, pela ofensiva conservadora e pela busca de uma intervenção mais pragmática, pautada em modelos de intervenção profissional.

DESENVOLVIMENTO

O currículo aprovado pelo CFE em 1982 (Parecer n. 412/82 e a Resolução n. 06 de 1982 do Conselho Federal de Educação) foi resultado de um amplo debate iniciado pela ABESS na década de 1970, junto às escolas de Serviço Social. Por meio das discussões realizadas na XXI Convenção de Ensino da ABESS⁴, cujo tema era “Proposta de Reformulação de Revisão do Currículo Mínimo”, foi construído o Documento Base contendo as reformulações necessárias às novas exigências profissionais.

Sua proposta era ampliar a concepção de formação profissional pautada no ensinar a fazer, trazendo uma “noção de totalidade e complexidade para a formação profissional dos assistentes sociais, situando-a historicamente, apontando a necessidade de uma prática reflexiva pautada em bases teóricas e investigativas” (CARDOSO, 2013, p. 192).

A construção do novo currículo foi um

Esforço de situar o Serviço Social na ótica das relações de classe, que confrontam o desenvolvimento da sociedade brasileira. Buscando apreender o significado social

⁴ Realizado na cidade de Natal-RN em 1979. Nessa convenção, a ABESS assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, alterando sua configuração de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, para Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social.

da profissão, a partir da divisão social e técnica do trabalho, o que supõem uma busca de historicizar a noção de profissão, situando-a como um dos elementos que participam da reprodução das classes sociais e do relacionamento contraditório entre elas (YAZBEK, 1984, p.45).

A revisão curricular expressou uma organização que evidenciava a apreensão do movimento de Reconceituação, tendo como preocupação a história, a unidade teoria/prática e a profissão como produto dessa história. O documento mencionava que a “formação do profissional de Serviço Social tem como referência básica, o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social” (BRASIL/CFE, 1982, p. 02).

Segundo Marilda Iamamoto (2014), foi um currículo que expressou um momento de transição em que se resistia tanto à ditadura como ao Serviço Social norte-americano e sua triologia de caso, grupo e comunidade. Foi quando a formação profissional respondeu ao movimento da realidade latino-americana e aos questionamentos e reflexões oriundos do Movimento de Reconceituação.

Eram necessárias uma sólida base teórico-metodológica e uma habilitação no campo da investigação. Na análise dos Fundamentos da Formação Profissional, considerava-se que o Serviço Social deveria compreender o homem como ser histórico, fruto de relações oriundas da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica social (YAZBEK, 1984).

A grande alteração da estrutura curricular retratava a tentativa de superar a fragmentação da tríade caso, grupo e comunidade, por meio das ementas voltadas para a História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social, além do estágio supervisionado. Essa tentativa “representou um enorme desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar sustentação a estes conteúdos” (IAMAMOTO, 2014, p. 614).

Nas análises de Netto (1993), a tríade História, Teoria e Método do novo currículo estava fundamentada:

1. na **história o qual** trata do processo de institucionalização da profissão, como foram consagradas as práticas profissionais, como se deu a evolução dessas práticas;
2. no plano da **metodologia**, que trataria, em princípio, das estratégias de intervenção, dos modelos de intervenção e, em alguma medida, de fornecer algum parâmetro para que o profissional consiga delimitar minimamente o campo de intervenção que lhe seria próprio;
3. e no plano da **teoria**, em que se discutiriam eventualmente as categorias epistemológicas, as relações do conhecimento com a prática, sujeito-objeto; ou seja: nós teríamos nesta proposta, que já viceja entre as escolas, já ganha hegemonia entre as escolas, um rearranjo dos conteúdos que eram dados anteriormente (NETTO, 1993, p. 49).

A construção do currículo foi marcada por ambiguidades e contradições, visto que, no interior da própria categoria, existiam projetos em disputa (CASTRO e TOLEDO, 2012, p.13). Ortiz (2010) assinala que, na tentativa de superar a fragmentação da formação alicerçada na tríade caso, grupo e comunidade, o novo currículo acabou por gerar uma nova dicotomia ao separar teoria, método e história como compartimentos isolados da vida social.

No campo da formação profissional, a lógica curricular subjacente ao tripé teoria/método/história **tendeu a reproduzir a mesma fragmentação até então existente na trajetória histórica da profissão**. Ou seja, substituímos um tripé (caso/grupo/comunidade) por outro, cujos desdobramentos na formação das novas gerações de assistentes sociais se fizeram sentir, por exemplo, na permanência da máxima que **“na prática, a teoria é outra”**, do ecletismo, do voluntarismo – traços tradicionais de um perfil profissional que, nos anos 80, desejava-se romper (ORTIZ, 2010, p. 191, grifo nossos).

Netto (1993) alerta que essa forma de organização dos conteúdos explicitava alguns pressupostos para o Serviço Social. O primeiro diz respeito à existência de uma **metodologia própria do Serviço Social** e o segundo a uma **estrutura científica apropriada pelo Serviço Social, ou seja, uma teoria**. Esses foram os pilares da proposta de formação profissional de 1982.

Para Netto (1993, p. 52), era importante deixar claro que teoria social não é uma matéria, uma disciplina ou uma ciência específica; ela concerne à compreensão da totalidade social, dessa totalidade em movimento que supõe objetividade, indivíduo, cultura, sociedade, economia, constituindo a substância da história.

A partir das compreensões ancoradas no materialismo histórico e dialético, a teoria é a “análise concreta de situações concretas” (LENIN, 2010). Assim, a teoria só existe em função da e com a realidade, pois se constrói a partir do movimento do real, da realidade concreta. Por isso “[...] a teoria emerge da prática e a ela retorna. [...] a prática, portanto, é um momento da teoria: momento primeiro e último, imediato inicial e retorno ao imediato” (LEFEBVRE, 1991, p. 235).

Netto (2009) afirma que, para a compreensão da sociabilidade burguesa, existem fundamentalmente duas matrizes metodológicas: a matriz positivista e o marxismo. O positivismo consiste em não ultrapassar a aparência coisificada dos fenômenos sociais e a vertente inspirada em Marx busca compreender os fenômenos em sua totalidade, buscando a sua essência. A ameaça positivista consistia em “cortar um fenômeno da realidade, abstraí-lo, estudá-lo em si e depois remetê-lo, reenviá-lo à realidade”. E essa ameaça pareceu real ao Serviço Social, na medida em que este **se aproximava do marxismo, mas ainda buscava uma metodologia específica para sua intervenção**.

O Serviço Social em seu percurso de revisão curricular concebeu a discussão do método com sérias limitações, relacionando-o ao debate e à construção de uma

metodologia própria do Serviço Social. Ressaltamos que é um equívoco pensar que o método é algo aplicável a essa prática, confundindo o método com uma pauta de intervenção. Método não é metodologia.

Enquanto a metodologia estuda os métodos e abrange um conjunto de abordagens e técnicas que representam o “como” a ser percorrido para um determinado fim (para a aquisição de conhecimentos), explicitando, de forma minuciosa e detalhada, a ação a ser desenvolvida, o método é a forma pela qual o pensamento apropria-se do objeto a ser investigado. É um processo que assinala o *modus* da aquisição do conhecimento (GOIN, 2016, p. 47, itálico da autora).

Historicamente, foi exigido da profissão a superação do traço voluntarista e subalterno, o qual tendenciou o Serviço Social a buscar legitimidade em uma teoria e metodologia próprias.

Nosso ranço positivista nos leva a conferir fundamento de legitimidade a nossa profissão se tivermos estrutura científica e método próprio, ou uma metodologia da qual nós nos apropriamos. Imaginamos que **o que dá legitimidade à profissão seria uma hipotética teoria ou uma hipotética estrutura científica e metodológica** (NETTO, 1993, p. 56-57, grifo nossos).

É possível afirmar que o currículo de 1982 reproduziu alguns equívocos do Movimento de Reconceituação da América Latina na tentativa de conferir ao Serviço Social a existência de uma teoria e de uma metodologia próprias, com fins de promover o Serviço Social à condição de ciência, como saída para superar a fragmentação, a subalternidade e a ausência de reconhecimento social (ORTIZ, 2010).

Mediante as críticas firmadas nos debates relacionados ao currículo de 1982, a categoria intensificou as reflexões acerca da necessidade de revisão curricular na década de 1990. Não foi uma revisão que se caracterizou pelo rompimento com o currículo anterior; ao contrário, seus pressupostos foram ratificados, “expressando a decisão coletiva de avançar na apropriação da teoria social crítica e do método que lhe é próprio, pelo que este contém de possibilidade de aproximação do real, para nele intervir e transformá-la” (ABEPSS/CEDEPS, 1996).

Com renovada capacidade intelectual, ético-política e organizativa, a categoria profissional, as unidades acadêmicas, docentes e discentes da graduação e pós-graduação, sob a coordenação de suas entidades representativas apresentaram-se, à entrada dos anos 1990, para um amplo repensar coletivo e democrático da profissão. Cabia redimensionar o projeto profissional, a partir de então denominado projeto ético-político, frente às alterações do mundo do trabalho, nas manifestações da questão social, nas práticas do Estado e suas relações com as classes sociais (KOIKE, 2009, p. 210).

A partir da indicação de revisão curricular ocorrida na XXVIII Convenção Nacional da ABESS, realizada na cidade de Londrina-PR, em 1993, foi iniciado o debate da construção

das novas diretrizes. Embora conduzido pela ABESS, tal processo “deveria contar com a participação de uma equipe de consultores e, principalmente, gerar uma ampla rede de discussão a partir do desenvolvimento de uma série de oficinas” (ORTIZ, 2010, p. 202).

Com a aprovação da LDBEN, em 20 de dezembro do mesmo ano, a proposta do novo currículo recebeu a nomenclatura de Diretrizes Curriculares. De acordo com Albuquerque e Pereira (2016), as Diretrizes inovam por estarem pautadas em um Projeto de Formação Profissional, o qual diferencia ensino de formação.

Ao analisarmos os princípios que sustentam esse projeto de formação, constatamos que eles convergem para a afirmação de um projeto profissional associado a uma direção crítica à sociabilidade burguesa na medida em que sinaliza a adoção de uma teoria crítica como a forma possível para apreender a realidade social, o que não elimina o pluralismo e a disputa de projetos no interior da categoria. A garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão denota a luta por uma formação de qualidade, que possibilite ao aluno a vivência da investigação e o contato com a realidade social, por meio dos estágios.

Em relação à **estrutura curricular**, as Diretrizes “objetivavam romper com uma perspectiva curricular formalista, que reduz a apreensão do conhecimento a um conjunto de matérias e disciplinas” (ORTIZ, 2010, p. 202). Além disso, a nova estrutura pressupõe a superação da fragmentação dos conteúdos e da tríade história, teoria e método, do currículo anterior. Ao contrário dessa fragmentação, é uma estrutura cuja orientação está na perspectiva de totalidade que compreende profissão como produto histórico.

Para Batistoni (2017):

A compreensão acerca dos Fundamentos é informada pela perspectiva da **Totalidade histórica**. Essa foi a construção assumida nesse processo e reafirmada mais recentemente [...] e que é possível apreender as particularidades do Serviço Social, o seu **modo de ser, o seu modo de agir e o seu modo de pensar**, incorporadas ao longo de sua trajetória histórica (BATISTONI, 2017, grifo nossos)⁵.

A autora esclarece que, ao discorrermos sobre essa compreensão de Totalidade, seu núcleo central se faz na “história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e do trabalhador, alimentada pela tradição marxista”.

Entende-se que a **realidade é a base para a compreensão do processo histórico da profissão** e da maneira como esta se apropria das diferentes teorias, construindo respostas a essa realidade a partir da forma como apreendeu tais teorias e elaborou suas propostas de intervenção. Assim, as disciplinas de Teoria,

⁵ Conforme fala em palestra: “O Debate sobre os fundamentos do Serviço Social nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social” proferida no I Seminário Nacional Fundamentos do Serviço Social, realizado no dia 06/11/17, na UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro, a qual foi gravada e disponibilizada em: <http://www.abepss.org.br/noticias/tvabepssdisponibilizavideosdoiseminariacionalsobresofundamentosdoservico-social-198> . .

Método e História, são incorporadas na disciplina de **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social**. Serão elementos centrais em uma lógica de transversalidade nessa proposta a categoria trabalho, a pesquisa e a ética, o estágio e a questão social, compreendidas como eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional (CARDOSO, 2013, p. 211, grifo nossos).

Assim, ao tratarmos da compreensão dos Fundamentos do Serviço Social nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, é preciso entender que este estudo não é epistemológico, “a nossa discussão não é epistemológica, ela tem um conteúdo prático-crítico, porque ela há que se traduzir nos vínculos, nas relações, nas lutas com os conjuntos dos movimentos sociais, das classes, dos segmentos da classe trabalhadora” (BATISTONI, 2017).

A **lógica curricular** estabelecida para garantir a apreensão da Totalidade remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em Núcleos de Fundamentação. São eles:

1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social.

Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. [...]

2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbanoindustrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.

3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. [...]

Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social. [...]

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais. (ABESS, 1996).

Ao estabelecer uma nova lógica curricular que pressupõe a superação da fragmentação de conteúdos, organizada em núcleos de fundamentação que traduzem um conjunto de conhecimentos indissociáveis, as Diretrizes Curriculares da ABESS indicam

conteúdos mínimos, ou seja, matérias básicas como parâmetro geral para os cursos de Serviço Social no Brasil. “As matérias são expressões de **áreas de conhecimento necessárias à formação profissional** que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (ABEPSS, 1996, p. 15, grifo nossos).

Os princípios que sustentam esse projeto de formação, bem como sua lógica curricular, alicerçada em núcleos de fundamentação e conteúdos mínimos para a formação profissional, implicam em capacitar o aluno nas dimensões *teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa*. A partir dessas competências, pretende-se formar,

Sobre a forma como essas competências se constroem no projeto de formação, Guedes (2018, p.13)⁶ afirma que estas se relacionam diretamente “ao debate de um projeto profissional que não é intempestivo, descontextualizado; mas que se reconstrói, no movimento dialético da realidade social, sem perder a direção crítica que o sustenta”.

O DEBATE DO METODOLOGISMO NO SERVIÇO SOCIAL CONTEXTO ATUAL

Faz-se necessário resgatar os aspectos supracitados quando nos deparamos com os desafios atuais postos ao Serviço Social. O agravamento da questão social no século XXI, o formato das políticas sociais e a ofensiva conservadora impõem à profissão a necessidade de reafirmação de seu projeto de formação profissional.

No que tange ao avanço do conservadorismo, verificamos críticas à perspectiva construída pelo Serviço Social nos últimos 40 anos e à ameaça ao retrocesso tradicionalista, como aponta Oliveira (2018).

O Serviço Social brasileiro vem sofrendo investidas conservadoras e questionamentos aos posicionamentos públicos das entidades representativas da categoria, desde a crítica aos valores das anuidades pagas aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) (até o apelo da vertente do Serviço Social libertário³ – baseado em princípios liberais, individualistas e de cunho religioso, que chama a categoria para um retorno a práticas pautadas em valores religiosos e filantrópicos. Diante disso, as experiências aqui destacadas revelam, no limite, a permanência da primazia pelos valores e princípios norteadores do Projeto Profissional crítico, embora devamos reconhecer as profundas inflexões sofridas por ele diante dos desafios postos à formação e ao exercício profissionais. Estes, apresentam-se empobrecidos, fragmentados, mercantilizados e burocratizados, em decorrência das medidas adotadas pelo capital e pelo Estado, contrariando universalização de políticas públicas, bom como o estímulo a reflexões críticas sobre a realidade e a ampla organização da classe trabalhadora. (pag. 87)

Em artigo sobre a relação entre o Serviço Social e as políticas sociais, Mito e Nogueira (2013) destacam que, a partir da constituição Federal de 1988 o debate sobre a

⁶ Conforme palestra realizada na IV Jornada Pótere Direitos Sociais e Serviço Social. Fortaleza, 09.06.2018 e gentilmente disponibilizado pela autora, por correspondência eletrônica na data de 19 de setembro de 2018.

atuação do assistente social nas políticas sociais aprofundou-se significativamente devido ao papel assumido pelo Estado naquele contexto. No entanto, na atualidade, este debate permeia as transformações relacionadas às demandas apresentadas ao assistente social.

Essas (demandas) se tornam complexas, multifacetadas, ampliadas qualitativa e quantitativamente. Surgem novos espaços sócio-ocupacionais e duas implicações no plano da intervenção. A primeira, é a exigência de se contextualizar e apreender o significado das novas requisições, constituindo-se, por conta de sua complexidade, em campos de conhecimento compartilhado com diversas áreas profissionais. O aprofundamento desta apreensão vai desvelando as especificidades das áreas profissionais envolvidas, produzindo um conhecimento que deve ser incorporado ao saber e ao fazer profissional. A segunda, é a exigência de aparatos institucionais mais densos em termos de suporte físico e operacional para dar conta dos novos perfis de demanda, tendo em vista a sua diversificação e expansão. (pag. 65).

A dimensão interventiva do assistente social ganha destaque no cenário em que a operacionalização das políticas sociais se mostra em evidência. Uma operacionalização pautada em manuais⁷ elaborados por governos que se configuram em intervenções que reiteram políticas sociais seletistas, fragmentadas e excludentes.

Neste contexto, debates antigos, aparentemente superados no âmbito profissional voltam a ameaçar o projeto de formação e profissão construídos pelo Serviço Social nos últimos anos, como a de que o marxismo não instrumentaliza o assistente social e de que se faz necessário o investimento na construção de modelos de intervenção, na criação de metodologias do Serviço Social ou para o Serviço Social⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social no Brasil, a partir do Movimento de Reconceituação Latino Americano construiu um novo projeto de formação profissional que foi elemento essencial na construção de um novo projeto de profissão, alicerçado em uma perspectiva crítica, cuja fundamentação teórico-metodológica se faz na teoria social de Marx. Tal base não forneceu modelos de intervenção específicos para a atuação profissional, ao contrário, possibilitou ao Serviço Social a construção de Diretrizes Curriculares que consideram a totalidade na análise da realidade, em suas múltiplas determinações.

A formação generalista pauta-se na compreensão da Questão Social como objeto de sua intervenção, nas suas mais diversificadas expressões. Tal formação deverá possibilitar

⁷ A exemplo dos manuais da Política de Assistência Social.

⁸ A página no facebook "Serviço Social libertário" assinala aspectos desta discussão, com menções a práticas associadas a terapias e a exigências de modelos específicos de intervenção, em falas como: "O Serviço Social precisa retomar os modelos de intervenção centrado na especificidade de cada pessoa, só assim, ele atenderá, grupos, populações e comunidades em geral." Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosociallibertario/> acessado em 22/06/2019.

ao assistente social o desenvolvimento de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para que este profissional seja capaz desenvolver

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABESS, 1996)

Reafirmar os princípios e diretrizes que permeiam a nova lógica curricular da formação em Serviço Social expressa nas Diretrizes da ABEPSS de 1996 não é desconsiderar sua dimensão interventiva, ao contrário, seus pressupostos afirmam que “O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (pag.5).

A formação requerida requer um conjunto de conhecimentos no qual “é o resgate dessa conjunção - rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária - que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão”(pag. 13).

além dos conhecimentos de base teórica, faz-se necessário que se produza e se difundam conhecimentos e saberes de natureza prático-interventiva sobre o próprio Serviço Social, sua funcionalidade, seu *ethos*, meios e modos de operar, conhecimentos esses que sejam capazes de enfrentar o conservadorismo teórico e metodológico que historicamente conforma a profissão e se recicla no seu interior (GUERRA, 2004, p. 10).

Nas afirmações contidas nas próprias diretrizes,

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção (ABEPSS, 1996).

Neste sentido, é imperioso resgatar a direção dada a formação profissional pelas Diretrizes Curriculares frente às ameaças da atual conjuntura sócio histórica brasileira e mundial. É preciso reafirmar os compromissos expressos pelas demais normativas que sustentam a profissão, como o Código de Ética e a Lei de Regulamentação, bem como

fortalecer as entidades organizativas do Serviço Social como o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, no intuito de criar estratégias para real compreensão e consolidação deste Projeto de Formação Profissional em Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABESS. Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Produção científica e Formação Profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, 1993.

ABESS. Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

ABESS. Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Ensino de metodologia nos cursos de serviço social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3. 1995.

ALBUQUERQUE, Cynthia Stuart; PEREIRA, Evelyne Medeiros. **Transformações contemporâneas, educação e realidade brasileira: formação profissional em serviço social na experiência do IFCE**. Recife: Imprima, 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 6, de 23 de setembro de 1982**. Fixa os mínimos de conteúdo e de duração do Curso de Serviço Social, com base no Parecer n. 412/82, homologado pela Ministra da Educação. Brasília, 1982.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; TOLEDO, Sabrina Navarro. A reforma curricular do serviço social de 1982 e sua implantação na faculdade de serviço social da universidade federal de juiz de fora. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, 2012.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do serviço social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do Brasil, Chile e Cuba**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GUERRA, Y. A. D. No que se sustenta a falácia de que na prática a teoria é outra? In:

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – *ENPESS*, 11., 2004, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2004. CD-ROM.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em serviço social: exigências atuais. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 201-219.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MIOTO, Regina Célia; NOGUEIRA, Vera Maria. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisys**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea: crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: CFESS/ABEPSS/DSS/UnB, 1999

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social no Brasil: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de. Serviço social brasileiro: da gênese contraditória às atuais possibilidades Ético-políticas. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil: fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita et al. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 14, p. 39-73, 1984.